

# Qualidade e Políticas Públicas na Educação 2

Marcia Aparecida Alferes  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora  
Ano 2018



**Marcia Aparecida Alferes**

(Organizadora)

**Qualidade e Políticas Públicas  
na Educação  
2**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 2 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-97-0

DOI 10.22533/at.ed.970181912

1. Avaliação educacional. 2. Educação e estado. 3. Escolas públicas – Organização e administração. 4. Professores – Formação. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## **APRESENTAÇÃO**

O volume 2 da obra “Qualidade e Política Pública na Educação” aborda uma série de capítulos sobre Políticas Públicas para a Educação.

As políticas públicas são um conjunto de opções coletivamente que se destacam na sociedade, que se associam a decisões adotadas pelos governantes e implementadas pelos Estados. Deste modo, podemos compreender que o Estado é o ente que faz, executa e garante que a lei seja colocada em prática.

As políticas educacionais são decisões e ações estatais de caráter educacional, visando atender as necessidades e interesses da sociedade. As políticas públicas para a educação ou políticas educacionais são expressas na legislação educacional.

Alguns dos assuntos abordados nos capítulos foram: reforma do ensino médio, escola de tempo integral, financiamento da educação, diversidade, gestão, entre outros. Os assuntos foram implementados a partir de programas e projetos, para elevar a qualidade do ensino, da aprendizagem, e em alguns casos, da empregabilidade de jovens e adultos.

Nesse sentido, as políticas públicas para a educação têm um papel importante, pois elas emanam das necessidades da sociedade e são colocadas em prática através de ações, que tem por finalidade melhorar a educação e diminuir as desigualdades sociais em todo o Brasil.

**Marcia Aparecida Alferes**

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
DISPUTAS POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO: QUE FORÇA PREVALECE?	
<i>Sarah Nobrega</i>	
<i>Sandra Regina Bernardes de Oliveira Rosa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
EDUCAÇÃO SOCIAL NO DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO E A ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	
<i>Irândi Pereira</i>	
<i>Helena Neves de Almeida</i>	
<i>Claudio Oliveira Fernandes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES DISCENTES SOBRE ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO INTERIOR DO CEARÁ	
<i>Miqueias Miranda Vieira</i>	
<i>Mykaelly Moraes Vieira</i>	
<i>Isabelle Marques Barbosa</i>	
<i>Carlos Henrique Lopes Pinheiro</i>	
<i>Francisco Walef Santos Feitosa</i>	
<i>Antonia Everlania Felix Araujo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOLIBERALISMO: INDISTINÇÃO CRESCENTE ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO BRASIL	
<i>Juvenilto Soares Nascimento</i>	
<i>Lucas Lourenço Silva</i>	
<i>Maria Esperança Fernandes Carneiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>49</b>
IMPLICAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CASO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	
<i>Bartolomeu José Ribeiro de Sousa</i>	
<i>Rosimar de Fátima Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>63</b>
INDICADORES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO INDICADOR DE ESFORÇO DOCENTE	
<i>Danielle Xabregas Pamplona Nogueira</i>	
<i>Jeferson Guedes da Silva</i>	
<i>Girlene Ribeiro de Jesus</i>	
<i>Catarina de Almeida Santos</i>	
<i>Francisco Augusto da Costa Garcia</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819126</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>73</b>
O CONTEXTO ESCOLAR DO ALUNO TRANSEXUAL	
<i>Mariana Coimbra Ziotti</i>	
<i>Manoel Antônio dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819127</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>81</b>
O CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA DO FUNDEB INTEGRADA AO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA, MATO GROSSO	
<i>Eduardo José Freire</i>	
<i>Aparecida Garcia Pacheco Gabriel</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819128</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>93</b>
O DESAFIO DA IMPLANTAÇÃO DO MODELO IEMA DE EDUCAÇÃO: RESULTADOS PARCIAIS SOBRE INCLUSÃO SOCIAL, EVASÃO ESCOLAR E REPETÊNCIA	
<i>Levy Lisboa Neto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819129</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>96</b>
ONDE ANCORAR AS AULAS DE PSICOLOGIA PARA O ENSINO TÉCNICO?	
<i>Sonia Moreira Sarmiento Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>100</b>
OS MARCOS HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA NO CONTEXTO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Andrieli Taís Hahn Rodrigues</i>	
<i>Rúbia Emmel</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>111</b>
POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O DISCURSO DAS INSTITUIÇÕES	
<i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>126</b>
POLÍTICA DE PERMANÊNCIA E INCLUSÃO ACADÊMICA COMO POLÍTICA AFIRMATIVA DE JOVENS DE BAIXA RENDA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	
<i>Raimundo Afonso Cardoso Delgado</i>	
<i>Keila Roberta Cavalheiro Guimarães</i>	
<i>Juliane Andrade de Sousa</i>	
<i>Evely Cristina Lima da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>143</b>
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÕES DO OBSERVATÓRIO DO PNE NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO RIO GRANDE/BA	
<i>Marilde Queiroz Guedes</i>	
<i>Nilza da Silva Martins</i>	
<i>Emília Karla de Araújo Amaral</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191214</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>154</b>
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA (1986-1989)	
<i>Alboni Marisa Dedeque Pianovski Vieira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>161</b>
POLÍTICAS INDUTORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA PROINFÂNCIA	
<i>Víviám Carvalho de Araújo</i>	
<i>Núbia Schaper Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>173</b>
POLÍTICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ARTICULADAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL (2000-2015)	
<i>Juliane Kelly de Figueiredo Freitas</i>	
<i>Josanilda Mafra Rocha</i>	
<i>Lenina Lopes Soares Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>184</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO	
<i>Tatiana Das Mercês</i>	
<i>Michele Pazolini</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>198</b>
POLÍTICAS SURDAS: ANÁLISE DOCUMENTAL E REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO DOS SURDOS	
<i>Cristina Almeida da Silva</i>	
<i>Márcia Häfele Islabão Franco</i>	
<i>Fábio Yoshimitsu Okuyama</i>	
<i>Josiane Carolina Soares Ramos do Amaral</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191219</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>208</b>
PROJETOS E PROGRAMAS DE IMPLANTAÇÃO DA INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DE 1980 A 2010	
<i>Eleuzzy Moni do Carmo Jesus</i>	
<i>Rosemara Perpetua Lopes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>218</b>
QUAL O PADRÃO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO, À LUZ DOS FINS E OBJETIVOS DA ESCOLA E DA GESTÃO DEMOCRÁTICA?	
<i>Mario Ruela Filho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191221</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>234</b>
QUALIDADE DO ENSINO: UMA LEITURA A PARTIR DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PDE ESCOLA	
<i>Zenilda Maria de Sousa Paniago</i>	
<i>Maria Cecília Lorea Leite</i>	

**DOI 10.22533/at.ed.97018191222**

**CAPÍTULO 23 ..... 243**

RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO: O PAPEL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E DOS COLEGIADOS DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS EM MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA (BRASIL)

*Liane Vizzotto*

*Berenice Corsetti*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191223**

**CAPÍTULO 24 ..... 251**

TEMAS TRANSVERSAIS, INTERDISCIPLINARIDADE E INCLUSÃO DO SUJEITO QUEER NO CURRÍCULO ESCOLAR

*José Ariosvaldo Alixandrino*

*Luciane Silva de Souza Carneiro*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191224**

**SOBRE A ORGANIZADORA ..... 260**



## POLÍTICA DE PERMANÊNCIA E INCLUSÃO ACADÊMICA COMO POLÍTICA AFIRMATIVA DE JOVENS DE BAIXA RENDA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

### **Raimundo Afonso Cardoso Delgado**

Universidade do Estado do Pará – UEPa  
Belém – Pará

### **Keila Roberta Cavalheiro Guimarães**

Universidade Federal do Pará – UFPa  
Belém – Pará

### **Juliane Andrade de Sousa**

Universidade do Estado do Pará – UEPa  
Belém – Pará

### **Evely Cristina Lima da Silva**

Universidade do Estado do Pará – UEPa  
Belém – Pará

**RESUMO:** Este artigo refere-se à pesquisa em desenvolvimento no Programa de Iniciação Científica da UEPa, cujo objetivo é estudar a repercussão do Programa de Apoio Socioeconômico – Subprograma Bolsa Incentivo Acadêmico, da Política de Assistência Estudantil dessa instituição (PAE-UEPa), sobre a vida acadêmica de estudantes de baixa renda, beneficiários desse programa. A pesquisa apoia-se teoricamente na afirmação da legitimidade moral das ações afirmativas e na igualdade como base do Estado Democrático de Direito. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que combina a intenção exploratória e descritiva com a intenção de sistematizar dados quantitativos sobre a inserção acadêmica desses estudantes.

A pesquisa está na fase de análise dos dados, sistematizados a partir do estudo dos documentos oficiais que sintetizam a PAE-UEPa e dos instrumentos de acompanhamento dos bolsistas do período de 2014 a 2016. A consulta aos bolsistas se deu através de um questionário online aplicado em 2015. Apoiados em Bardin, buscou-se nos sentidos explícitos dos documentos e posições dos bolsistas os sentidos de natureza psicológica, social e política que possibilitassem a percepção de indicadores das condições de permanência e inserção desses estudantes nas atividades acadêmicas da universidade. Os resultados parciais revelam princípios consistentes em termos conceituais e legais, reforçados por depoimentos e números que demonstram êxito no objetivo central de envolver os bolsistas na dinâmica da universidade, mas traz à tona limites e desafios a serem enfrentados para o alcance dos objetivos da PAE-UEPa em nível estadual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assistência Estudantil, Política de Permanência, Jovens de baixa renda, Inclusão Acadêmica, Ações afirmativas.

**ABSTRACT:** This article refers to the research under development in the UEPa Scientific Initiation Program, whose objective is to study the repercussion of the Socioeconomic Support Program - Academic Incentive Grant

Subprogram, of the Student Assistance Policy of this institution (PAE-UEPa), on life low-income students who are beneficiaries of this program. Research is theoretically based on affirming the moral legitimacy of affirmative action and on equality as the basis of the Democratic Rule of Law. It is a qualitative research that combines the exploratory and descriptive intention with the intention of systematizing quantitative data on the academic insertion of these students. The research is in the analysis phase of the data, systematised from the study of the official documents that synthesize the PAE-UEPa and of the instruments of follow-up of the scholarship recipients of the period from 2014 to 2016. The consultation to the scholarship holders was done through an online questionnaire applied in 2015. Based on Bardin, we sought the senses of a psychological, social and political nature that would allow the perception of indicators of the conditions of permanence and insertion of these students in the academic activities of the university. Partial results reveal principles that are consistent in conceptual and legal terms, reinforced by testimonials and numbers that demonstrate success in the central goal of involving scholars in the dynamics of the university, but brings out the limits and challenges to be faced to reach the objectives of PAE- UEPa at state level.

**KEYWORDS:** Student Assistance, Permanency Policy, Low Income Youth, Academic Inclusion, Affirmative Action.

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo refere-se a uma pesquisa em andamento no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, modalidade Ações Afirmativas (Pibic-af), da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade do Estado do Pará (UEPa), e tem como objetivo estudar os efeitos das ações do Programa de Apoio Socioeconômico – Subprograma Bolsa Incentivo Acadêmico, da Política de Assistência Estudantil (PAE-UEPa), desenvolvida por essa universidade, sobre a vida acadêmica de jovens de baixa renda, beneficiários do programa.

Este artigo foi parcialmente apresentado na II Jornada Ibero-americana de Pesquisas em Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação (DELGADO & GUIMARÃES, 2017b) em setembro de 2017 e, em forma de resumo expandido, no VII Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira – Jubra (DELGADO & GUIMARÃES, 2017a) em agosto de 2017, quando a pesquisa ainda estava iniciando. Aqui, o texto apresenta-se em estado mais adiantado, avança-se na construção teórica, a partir da base teórico-metodológica inicialmente construída, e na direção dos dados e de sua análise, apresentando resultados parciais alcançados pela investigação até o momento.

A pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa que busca combinar a intenção exploratória, descritiva e explicativa (GIL, 2002) do pesquisador sobre o objeto estudado, com a intenção de mapear estatisticamente condições, benefícios

em termos de formação e resultados acadêmicos alcançados, apontados pelos sujeitos atendidos pelo Programa de Apoio Socioeconômico da PAE-UEPa. Essa combinação entre elementos quantitativos e qualitativos visa dar mais consistência e clareza à organização do problema e à abordagem qualitativa do estudo. Além disso, é fundamental o registro de dados quantitativos para os arquivos da Universidade do Estado do Pará. A pesquisa quantitativa, segundo Chizzotti (1998, p. 34), “não necessita ser oposta à qualitativa, mas ambas devem sinergicamente convergir na complementaridade mútua”.

O primeiro momento da pesquisa foi de contato mais intenso com a produção acadêmica sobre ações afirmativas, assistência estudantil e política de permanência. Esse momento foi importante para familiarizar as duas estudantes de graduação que integraram a equipe, uma admitida como bolsista do Pibic-af UEPa e a outra como voluntária desse programa e bolsista pelo programa objeto de estudo desta pesquisa. Possibilitou, também, agregar maior conhecimento sobre o tema, sobre a política de assistência estudantil desenvolvida pela instituição e, em consequência, o aprimoramento da proposta de investigação.

O olhar inicial sobre os documentos revelou uma dificuldade em relação ao acesso aos instrumentos de acompanhamento das atividades dos bolsistas de todo o período definido, em especial, dos campi do interior, restringindo esse acesso apenas aos documentos dos bolsistas dos campi da capital. Portanto, por razões espaciais, por especificidades dos campi do interior e por limitações infraestruturais do próprio Núcleo de Assistência Estudantil (NAE-UEPa), órgão responsável pela gestão da assistência estudantil na instituição, foram necessárias reorientações nos objetivos, nos procedimentos e nos instrumentos de coleta de dados, bem como, no período definido para a pesquisa, que foi alterado de 2013-2016 para 2014-2016.

O investimento nos documentos oficiais sobre a PAE-UEPa, nos instrumentos de acompanhamento dos bolsistas – Carta de Apresentação, Ficha de Frequência e Ficha de Avaliação – e arquivos digitais do NAE levou à identificação das principais concepções, princípios, objetivos e ações, resultantes dessa política, bem como das atividades desenvolvidas pelos estudantes.

A intenção inicial de aplicar um questionário online aos bolsistas do período definido, para um olhar mais amplo sobre o objeto de estudo, foi revista, considerando-se que a maioria deles não estava mais no programa, o que dificultaria o retorno. Decidiu-se, então, adotar o “Questionário de acompanhamento dos Bolsistas do Programa de Apoio Socioeconômico - Subprograma Bolsa Incentivo Acadêmico 2015”, aplicado pelo NAE em novembro daquele ano, com retorno de 84,85% e com abrangência nos 20 campi da instituição, para extrair a percepção dos estudantes em relação ao programa, o impacto na sua vida em termos econômicos e acadêmicos e a importância para sua permanência e êxito na universidade. Para isso, foram importantes, também, arquivos digitais existentes nesse órgão e outros acessados através do Sistema Informações Gerenciais (SIG-UEPa).

A análise dos dados buscou, a partir de Bardin (1977), ir do sentido explícito dos conteúdos dos documentos (plano sincrônico ou horizontal), ao seu sentido implícito (plano diacrônico ou vertical), visando perceber os resultados alcançados pelo programa, significados e percepções dos sujeitos acerca das políticas desenvolvidas, seus méritos e seus limites. Como sugere a autora, não se buscou simplesmente “atravessar significantes para atingir significados, à semelhança da decifração normal, mas atingir através de significantes ou de significados (manipulados) outros ‘significados’ de natureza psicológica, social, política, etc” (BARDIN, 1977, p. 41).

Para a autora, no que se refere ao terreno, ao funcionamento e ao objetivo, a análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

As dinâmicas de leitura, sistematização e socialização dos esforços, visando cada vez maior apropriação do objeto de estudo e do referencial teórico assumido, foram fundamentais para a percepção e superação das dificuldades e para a percepção da necessidade de redirecionamentos.

## **2 | POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO AÇÃO AFIRMATIVA**

O debate sobre as ações afirmativas no ensino superior tem tomado dimensões significativas no cenário nacional em função das controvérsias que provoca, assim como em função dos resultados que tem produzido. No que diz respeito às controvérsias, em geral, estas se dão em torno da legalidade e da legitimidade moral de sua aplicação. Em se tratando de resultados, tem trazido retornos importantes no combate à exclusão social e étnico-racial.

Parte do esforço desta pesquisa busca situar a Política de Assistência Estudantil da Universidade do Estado do Pará (UEPa) nesse debate teórico-conceitual. Ressalta-se aqui a importância de amarrações teórico-conceituais acerca das políticas destinadas aos jovens de baixa renda no ensino superior no Brasil, enfatizando as concepções correntes no debate sobre políticas afirmativas na educação superior para além da garantia do acesso, colocando-as no centro da discussão sobre a permanência e afirmação desses jovens no ambiente acadêmico.

### **2.1. Ações afirmativas: entre o legal e o substantivo**

Considerando-se as diversas posições acerca do que se entende por ação afirmativa, esta pesquisa situa-se conceitualmente a partir do entendimento de Sarmiento (2008, p. 258), para o qual

Políticas de ação afirmativa são medidas públicas ou privadas, de caráter coercitivo ou não, que visam promover a igualdade substancial por meio da discriminação



positiva de pessoas integrantes de grupos que estejam em situação desfavorável e que sejam vítimas de discriminação e estigma social. Elas podem ter focos muito diversificados, como as mulheres, os portadores de deficiência, os indígenas ou os afro-descendentes, e incidir nos mais variados campos, como educação superior, acesso a empregos privados ou cargos públicos, reforço à representação política ou preferências na celebração de contratos.

Esse entendimento sugere que os grupos sociais e étnico-raciais que são historicamente discriminados acumulam desvantagens em relação a outros, o que resulta em que aqueles não concorrem nas oportunidades nos diversos campos da vida em iguais condições com os demais. O autor destaca como propósito da ação afirmativa a promoção da “igualdade substancial”, o que vai além da ideia de dar oportunidades a todos.

Nessa mesma linha, Zoninsein & Feres Júnior (2008, p. 10) afirmam que “o fulcro normativo da ação afirmativa é o conceito de igualdade substantiva (ou material)”. Para esses autores, “a finalidade de qualquer sistema político-legal é promover a igualdade entre seus membros e não somente submetê-los a critérios universais de igualdade formal” (2008, p. 10). Isso nos sugere uma diferenciação em relação àqueles que criticam a ação afirmativa como uma discriminação invertida que submete o mérito à critérios políticos. Com relação a isso, Zoninsein & Feres Júnior (2008, p. 17) afirmam que

só é meritório, digno de prêmio e reconhecimento, aquilo que é conquistado quando os competidores são razoavelmente iguais, ou melhor, metaforicamente, partem da mesma linha de largada. Vantagens desproporcionais e desigualdades agudas cancelam o mérito de qualquer vitória.

Os autores ratificam essa posição apontando a ação afirmativa como “uma importante medida de promoção de igualdade de oportunidades”, portanto, “um instrumento importante de promoção do mérito verdadeiro, e não da reprodução do privilégio disfarçado em mérito” (ZONINSEIN & FERES JÚNIOR, 2008, p. 18).

O debate conceitual acerca da ação afirmativa, em geral, é atravessado por controvérsias quanto à sua legalidade. Nesse contexto, o balizamento jurídico em favor das ações afirmativas parece muito sólido quando parte de princípios constitucionais. O artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece a “cidadania” e a “dignidade da pessoa humana” como 2 dos 5 fundamentos da República (BRASIL, 1988). É claro que, referindo-se a um Estado Democrático de Direito, está pressuposto que trata-se de uma referência a todas as pessoas que integram a população brasileira e não apenas a grupos específicos. O artigo 3º é mais explícito no que concerne à base legal da ação afirmativa ao estabelecer os objetivos fundamentais da República. Destaca-se aqui, respectivamente, os incisos III e IV, a saber, “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” e “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988).

Percebe-se, portanto, que a igualdade de direitos e de tratamento é a base de toda a construção legal do Estado Democrático de Direito e se constitui no suporte legal e moral da ação afirmativa. Ressalta-se, ainda, que para que os grupos sociais e étnico-raciais discriminados desde os primórdios da História do Brasil possam gozar de status de cidadania plena, como sugere a Constituição, é preciso enfrentar as desigualdades que resultaram desse processo.

### 3 | A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DE AFIRMAÇÃO DA JUVENTUDE

Abordar sobre juventude universitária e assistência estudantil sugeriu desde o início do projeto situá-lo no debate sobre juventude, palavra que parece óbvia, porém, esconde sentidos diversos quando problematizada. O pensamento comum, em geral, reduz juventude a uma faixa etária pela qual os seres humanos passam e à qual associa-se exageros hedonistas, rebeldia, irresponsabilidades, comportamentos desviantes etc, que atrapalham a perspectiva de futuro que os adultos aos jovens reservam. Esse entendimento sobre juventude reduz o jovem a um projeto futuro, desconsidera-o como sujeito, concebe-o como um “não ser ainda”.

A perspectiva desta pesquisa é de afirmar o jovem como sujeito presente, e não como ser ainda por vir, que representa apenas uma possibilidade, um “vir-a-ser”. Os jovens são sujeitos de seu tempo, constroem identidades, sentidos próprios e culturas específicas. Abordando sobre a produção cultural manifestada pelos jovens nos espaços da cidade e a necessidade de reconhecimento dessa produção no âmbito da escola, Martins & Carrano (2011, p. 54) afirmam que

muito além de uma fase de transição, a juventude deve ser encarada como um período de construção e experimentação de possibilidades identitárias. A instituição escolar e seus professores podem abrir campos ao entendimento adotando a investigação e a escuta como ferramentas para a compreensão das identidades e comportamentos de seus jovens alunos e de suas jovens alunas que são simultaneamente criadores e criaturas da diversidade das culturas dos grupos juvenis presentes na sociedade urbana.

Essa cultura juvenil expressa e é produzida no espaço da cidade e nas condições materiais e espirituais em que estão inseridos os jovens. É nas relações concretas que esses sujeitos concretos se constroem, não como projetos de homem ou mulher, mas como sujeitos de sua existência e sua cultura. Andrade e Meyer (2014, p. 87) compreendem

juventude como uma condição histórico-cultural, como uma representação (ou como representações) não dada e não fixa. E, como toda construção social, deve ser analisada em suas diferentes dimensões – materiais, políticas, históricas, culturais –, já que estas acarretam modos particulares de compreender a juventude e de ser jovem.

Portanto, é preciso rever a compreensão que homogeneiza as/os jovens e impõe a eles e elas padrões que negam e invisibilizam seus processos próprios de construção social, suas formas próprias de organização e participação política e construção de identidades. Nesse sentido,

Uma das mais importantes tarefas das instituições, hoje, seria a de contribuir para que os jovens pudessem realizar escolhas conscientes sobre suas trajetórias pessoais e constituir os seus próprios acervos de valores e conhecimentos que já não mais são impostos como heranças familiares ou institucionais (MARTINS & CARRANO, 2011, p. 44).

Quando se trata do jovem de origem socioeconômica desfavorecida, esse fator social impõe barreiras que dificultam ainda mais seu reconhecimento como sujeito de direitos e construtor de identidades. A negação de seu acesso a direitos básicos necessários ao desenvolvimento humano, a ausência de condições materiais no campo da saúde, alimentação, transporte, lazer e educação, implica em condições desfavoráveis ao acesso à educação superior. Isso sugere a importância de políticas públicas de afirmação da juventude e, em especial desse grupo socioeconomicamente desfavorecido, no âmbito das universidades. Políticas de cotas sociais, étnicas, raciais, de gênero etc, tornam-se, assim, fundamentais como políticas de inclusão, reconhecimento e afirmação desses jovens.

No entanto, democratizar o acesso não é suficiente. Alcançado o sonho do acesso, a permanência passa a ser o grande desafio desses jovens que chegam em desvantagem, em termos materiais, ao ensino superior e, também, o desafio da universidade de promover as condições favoráveis ao êxito desses estudantes, cumprindo sua função social de inclusão e combate às diversas formas de exclusão e desigualdades sociais. Portanto, políticas de permanência que busquem assegurar as condições para que esses jovens consigam sucesso em suas trajetórias acadêmicas tornam-se fundamentais para a promoção da “igualdade substantiva” e dos direitos humanos, além de contribuírem para a valorização da diversidade no interior das universidades.

#### **4 | ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO INCLUSÃO ACADÊMICA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ**

A Universidade do Estado do Pará (UEPa) é uma instituição de ensino superior criada em 1993 e autorizada a funcionar em abril de 1994. A instituição tem hoje em torno de 12 mil alunos, distribuídos em 31 cursos regulares e em 20 campi, sendo 5 na capital e 15 em municípios do interior do estado.

Desde que a primeira versão da Política de Assistência Estudantil da UEPa foi elaborada, em 2009, quando já se percebia que em torno de 50% dos seus alunos

eram oriundos de escola pública, reconhecia-se a necessidade de suprir materialmente a permanência de muitos jovens estudantes da instituição, a partir da inferência de que boa parte do quadro de reprovação, retenção e evasão da instituição estaria relacionada à condição socioeconômica desfavorável de parcela significativa de seus discentes. Naquele momento, elaborado a partir do I Seminário de Assistência Estudantil, realizado em 2008, o *Projeto de Apoio Sociopedagógico e Financeiro para Estudantes de Origem Popular – um contributo para a construção da Política de Assistência Estudantil* pretendia responder aos anseios dos estudantes, que pleiteavam junto à gestão da universidade uma política de assistência estudantil, e às intenções da instituição de mudar o quadro acima mencionado. A partir desse projeto, a UEPa passou a ofertar bolsas mensais de *Auxílio Estudantil* a estudantes de baixa renda, sendo 60% para os estudantes dos campi do interior e 40% para os estudantes dos campi da capital. O projeto previa também incentivo à produção científica e cultural e recursos para a produção e publicação de artigos (UEPa, 2009).

A partir de 2013, essa política foi reforçada por uma proposta mais ampla de assistência estudantil, que incluía outras ações além do apoio financeiro para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes. A nova **Política de Assistência Estudantil (PAE-UEPa)**, aprovada no Conselho Superior Universitário (CONSUN) em dezembro de 2013, estabelece como alguns de seus princípios basilares: a *Democratização do acesso à Educação Superior; a Universalização do saber acadêmico e das formas de produção do conhecimento científico, artístico e cultural; e a Universidade como espaço da afirmação da democracia e de luta contra a desigualdade social* (UEPa, 2013, p. 12).

Nessa perspectiva, seus objetivos gerais visam: *Minimizar os efeitos das desigualdades sociais no acesso, na permanência e na conclusão da Educação Superior; Promover a inclusão social pela educação, pelo acesso à produção e aos mecanismos de produção do conhecimento; Democratizar as formas de acesso aos cursos nos diversos campi da UEPa; Promover melhores condições para a permanência dos estudantes nos cursos da UEPa visando a equidade; e Promover a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes visando diminuir os índices de reprovação, evasão e retenção de vagas nos cursos da UEPa* (UEPa, 2013, p. 13).

Para alcançar esses objetivos, a PAE prevê a implantação de 5 programas: Programa de Apoio Socioeconômico, com 3 subprogramas; Programa de Apoio Pedagógico, Programa de Apoio Biopsicossocial, Programa de Apoio a Intercâmbios e Eventos Acadêmicos, Artístico-Culturais e Esportivos; e Programa de Apoio a Estudantes com Deficiência. Destes, os 2 últimos ainda não foram implantados.

Com a PAE-UEPa, a instituição reconhece que um dos mais expressivos sinais da desigualdade social e étnico-racial é o baixo acesso dos jovens de camadas populares e afrodescendentes ao Ensino Superior. Isso se dá porque, em geral, aqueles que são excluídos dos direitos mais básicos para a subsistência são também daqueles direitos fundamentais para o pleno exercício da cidadania. Assim, a exclusão do direito



à moradia digna, do acesso à saúde, ao emprego e à educação básica de qualidade resulta quase sempre na exclusão do acesso à Educação Superior (UEPa, 2013, p. 3).

Com a PAE-UEPa a instituição reconhece, ainda, a sua importância como espaço social e seu papel fundamental no processo de democratização da sociedade, que “se cumpre no momento em que ela faz jus ao propósito implícito de universalizar o conhecimento, mais que isso, universalizar o acesso às formas e mecanismos de produção desse conhecimento” (UEPa, 2013, p. 3).

A instituição admite, no entanto, que o caminho para a democratização do conhecimento

pressupõe que, em primeiro lugar, todos tenham acesso à Universidade, e que, em segundo lugar, todos tenham condições materiais e espirituais para a obtenção de sucesso na vida acadêmica. Essas condições de equidade estão ligadas a fatores que extrapolam o âmbito da Universidade (UEPa, 2013, p. 5).

Dessa forma, a PAE-UEPa representa a intenção da universidade de proporcionar melhores condições de permanência e sucesso àqueles estudantes que pertencem às camadas menos favorecidas da sociedade, buscando “reduzir as desigualdades que marcam, não só no acesso, mas também na permanência, aqueles que socialmente já se encontram em desvantagem” (UEPa, 2013, p. 6).

A principal ação da PAE-UEPa é o **Programa de Apoio Socioeconômico – Subprograma Bolsa Incentivo Acadêmico**, que oferece uma modalidade de bolsa no valor de R\$350,00 mensais a estudantes de baixa renda. Essa bolsa destina-se a suprir as necessidades mais básicas, “dentre elas, alimentação, transporte, moradia, aquisição de material didático básico, como livros, cópias, cadernos, canetas etc” (UEPa, 2013, p. 15). Em contrapartida, os bolsistas devem cumprir 8 horas semanais de atividades acadêmicas que lhes oportunizem experiências que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão no interior da universidade. Visando

inserir esses estudantes em processo de co-responsabilidade e protagonismo, ao mesmo tempo proporcionar-lhes acesso às oportunidades acadêmicas que a instituição oferece, este programa combina apoio socioeconômico e acompanhamento acadêmico, que resultem em participação destes na dinâmica universitária de ensino, pesquisa e extensão e, conseqüentemente, em enriquecimento da sua formação (UEPa, 2013, p. 15).

Os estudantes, selecionados por critérios socioeconômicos, são encaminhados como bolsistas aos Grupos de Pesquisa, Núcleos de Pesquisa e Extensão, Projetos de Pesquisa ou Extensão ou outras atividades acadêmicas que possibilitem experiências acadêmicas para além da sua rotina de sala de aula. O processo de inserção desses estudantes nessas atividades é direcionado e acompanhado pelo NAE, em parceria com os docentes que atuam naqueles espaços, através dos seguintes instrumentos: Carta de Apresentação, Ficha de Frequência e Ficha de Avaliação. Através da Carta de Apresentação os bolsistas são encaminhados às atividades a serem cumpridas,

de acordo com seus cursos e afinidades. Através da Ficha de Frequência o NAE acompanha mensalmente as atividades desenvolvidas pelos bolsistas, que registram nela suas experiências. Essa ficha é assinada por um professor ou professora ligada ao Grupo, Núcleo, Projeto, atividade, na qual o bolsista está inserido. Na Ficha de Avaliação o docente orientador registra bimestralmente suas impressões sobre a conduta acadêmica do estudante.

Passados 5 anos da implantação da proposta ampliada da PAE-UEPa, em especial do Programa de Apoio Socioeconômico – Subprograma Bolsa Incentivo Acadêmico, objeto deste estudo, cabe verificar a repercussão das ações desse programa na vida e formação acadêmica dos estudantes a ele vinculados. Vale saber, portanto, se o programa tem alcançado seu propósito de assegurar a permanência e a inserção destes na dinâmica que articula ensino, pesquisa e extensão na instituição.

## **5 | UM OLHAR SOBRE A EXPERIÊNCIA DA UEPa**

Como expresso na PAE-UEPa, o Programa de Apoio Socioeconômico, através do Subprograma Bolsa Incentivo Acadêmico, tem pretensão de ir além do simples apoio financeiro (UEPa, 2013). O programa busca assegurar condições para que os bolsistas, selecionados por critério socioeconômico, tenham a oportunidade de viver experiências acadêmicas para além do ensino, para além da sala de aula.

Como já foi mencionado, para um olhar mais amplo sobre a experiência em todos os 20 campi da UEPa, pela sua abrangência e relevância das questões levantadas, lançou-se mão do “Questionário de acompanhamento dos bolsistas do Programa de Apoio Socioeconômico – Subprograma Bolsa Incentivo Acadêmico 2015”. Esse questionário foi construído na plataforma do Google e disponibilizado pelo NAE aos bolsistas em novembro de 2015 para preenchimento online. Naquele ano o número de bolsas do Programa era de 350 e 297 alunos bolsistas responderam à pesquisa, sendo 93 (31,3%) dos campi da capital e 204 (68,7%) dos 15 campi do interior do estado.

Os dados oriundos desse questionário revelam traços interessantes do perfil dos bolsistas do Programa de Apoio Socioeconômico – Subprograma Bolsa Incentivo Acadêmico em diversos aspectos. Dos 297 bolsistas que o responderam, 210 (70,7%) eram do sexo feminino e apenas 87 (29,3%) eram do sexo masculino. Isso revela que as universitárias da instituição estão mais vulneráveis em termos socioeconômicos que os universitários, se considerar-se que a seleção dos bolsistas é feita com base em critérios de vulnerabilidade socioeconômica.

No que se refere a questão de cor/raça/etnia, 70,7% definiram-se como pardos, 17,2% como negros, 30% como brancos, 5% como amarelos e 0,3% como indígenas. Revela-se aqui uma expressão do racismo brasileiro, que dificulta não só o acesso, mas também a permanência de jovens oriundos de camadas mais pobres da sociedade

ao ensino superior. A junção de pardos, negros e indígenas, resulta em um percentual de 88,2% de estudantes não-brancos que sem apoio financeiro da universidade teriam muita dificuldade para manter-se em seus cursos, mais ainda de participar mais intensamente da vida acadêmica da instituição. Infere-se que se por um lado a UEPa tem adotado dispositivos de democratização no acesso aos seus cursos, como curso específico para formação de professores indígenas, seleção adaptada ao candidato surdo, cota para surdos no curso de Letras Libras, além da cota de 50% para aluno de escola pública, por outro, assume igual relevância no papel social da universidade o desafio de assegurar as condições de permanência a esses jovens.

No que diz respeito aos cursos aos quais estão vinculados os bolsistas, nota-se a predominância das licenciaturas, com 62,7%, com percentual maior para Pedagogia (13,1%), seguida por Educação Física (10,4%), Letras – Língua Portuguesa (7,7%), Ciências Naturais – Química (6,7%), Matemática (6,4%), Ciências Naturais – Biologia (5,7%), Geografia (3,7%), Ciência da Religião (2,4%) e os demais, Música, Ciências Naturais – Física, Letras – Língua Inglesa, Letras – Libras, Filosofia, Ciências Sociais e História, com percentuais abaixo de 2%. Das demais áreas o maior percentual foi de Enfermagem (10,4%), seguido de Engenharia Ambiental (4,7%), Engenharia Florestal (4,4%), Engenharia de Produção (4,0%), Tecnologia de Alimentos (3,7%), Fisioterapia (3,0%), Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (2,0%) e os demais, Secretariado Trilingue, Biomedicina, Medicina, Terapia ocupacional e Design, com até 1% cada um.

Revela-se aqui um outro aspecto do processo de exclusão social ainda muito presente na realidade brasileira, a segregação da qual alguns grupos sociais são vítimas, aos quais o acesso ao ensino superior é reservado a algumas áreas de atuação. O baixo percentual de bolsistas que cursavam Medicina, 1,0% (3 estudantes), por exemplo, revela que há uma espécie de refração social em alguns cursos da instituição.

Se esses dados, referentes a toda UEPa, revelam um certo determinismo no destino daqueles estudantes que tem origem nas camadas mais pobres da sociedade, quando se considera apenas os dados dos campi da capital, que possuem em torno de 47% das matrículas da instituição naquele ano, a situação se aprofunda, pois, dos 93 bolsistas da capital que responderam ao questionário cerca de 69,9% eram estudantes de licenciatura e apenas 30,1% dos demais cursos.

No entanto, é importante salientar que com a adoção do sistema de cotas de 30% para estudantes oriundos de escola pública no Processo Seletivo de 2015, 40% no de 2016 e 50% no de 2017, esse quadro vem mudando gradativamente, como revela o Relatório online gerado no Sistema de Informação Gerencial da instituição (SIG-UEPa). Esse relatório, gerado a partir do banco de dados do NAE-UEPa, aponta que no exercício atual da bolsa incentivo acadêmico o percentual de bolsistas pertencentes às licenciaturas reduziu-se para 59,70% na capital, enquanto nos demais cursos aumentou para 40,30%.

A Universidade do Estado do Pará, por sua forma de organização multicampi, distribuída em 16 municípios do estado, mesmo antes de 2015, já tinha em seu corpo discente em torno de 50% de estudantes oriundos de escola pública, porém, a adoção do sistema de cotas sociais a partir daquele ano vem permitindo que estudantes oriundos de camadas menos favorecidas da sociedade paraense cheguem não apenas à universidade, mas a cursos que outrora estavam restritos aos jovens de classe média e alta, ou seja, aos jovens já socioeconomicamente favorecidos, que, portanto, levavam grande vantagem na disputa pelas vagas nesses cursos.

A consulta aos arquivos do NAE revela que há um crescimento gradativo do número de estudantes de Medicina inscritos e selecionados no processo seletivo para ingresso no Programa de Apoio Socioeconômico. Se em 2015 apenas 3 bolsistas do programa eram de Medicina, todos dos campi do interior, em 2016, esse número passa para 7, sendo 5 da capital e 2 dos campi do interior, e em 2017 para 16, sendo 11 da capital e 5 do interior. Quanto ao número de inscritos nos últimos anos, percebe-se um sensível crescimento que vai de 11 em 2013, diminuindo para 10 em 2014, voltando a subir para 16 em 2015 (ano de implantação do sistema de cotas sociais com reserva de 30% das vagas para aluno de escola pública), aumentando para 21 em 2016 (ano em que a reserva de vagas aumentou para 40%), subindo mais ainda para 32 em 2017 (ano em que a reserva de vagas foi para 50%) e finalmente aumentando no último processo seletivo (2018) para 42 inscritos. Vale ressaltar que nem sempre os inscritos estão dentro do perfil adotado no edital do programa e nem todos os inscritos entregam os documentos necessários à análise de suas condições socioeconômicas, o que os deixa fora do processo seletivo.

O aumento do número de estudantes oriundos de escolas públicas em cursos da UEPa até então quase impermeáveis às camadas mais pobres da sociedade paraense, reflete no crescimento da procura destes pela política de permanência da instituição, reforça a importância das políticas afirmativas nas universidades como fator contributivo para “reduzir as desigualdades sociais” e na promoção do “bem de todos”, objetivos estabelecidos no Art. 3º da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988).

Na UEPa, portanto, as cotas sociais tem cumprido um papel importante na construção do princípio da igualdade, a partir da promoção da igualdade substantiva, preconizada por Zoninsein & Feres Júnior (2008), como uma ação de discriminação positiva. Segundo esses autores

Na verdade, quando a universalidade falha em produzir igualdade, ou mesmo contribui para a perpetuação de desigualdades (...), medidas de discriminação positiva podem ser adotadas. Trata-se de uma discriminação que, ao contrário da maioria das relações sociais de discriminação, visa a promover seu objeto. Do ponto de vista legal e moral, é esta a característica fundamental da ação afirmativa. (ZONINSEIN & FERES JÚNIOR, 2008, p. 10).

Outro aspecto que chama a atenção no perfil dos bolsistas diz respeito a suas



origens, com apenas 23,56% dos bolsistas que responderam o questionário nascidos na capital, 2,69% nascidos em outros 3 municípios da Região Metropolitana de Belém, 1,34% em outros estados e os 72,41% restantes nascidos em municípios do interior do Estado do Pará. Chama atenção, ainda, a diversidade dessa origem, com os 297 bolsistas nascidos em 62 municípios diferentes, excluídos os que nasceram em outro estado brasileiro, e ainda que a ampla maioria dos bolsistas não nasceu no município-sede do campus onde estuda. Isso sugere que o desafio de atender esses estudantes com políticas de permanência pode ser ainda maior que o que a instituição reconhece.

As respostas às questões sobre o que significou a bolsa na renda pessoal dos bolsistas e na sua renda familiar apontam que para 85,2% a bolsa representou melhoria significativa na sua renda pessoal e 71,7% na sua renda familiar. Para 14,5% houve ligeira melhoria na renda pessoal, enquanto 24,9% na renda da família. Apenas 0,3% afirmaram que não houve nenhuma melhoria na sua renda pessoal e 3,4% na sua renda familiar. O percentual significativo de estudantes cuja renda familiar foi alterada com o recebimento da Bolsa Incentivo Acadêmico evidencia a condição desfavorável das famílias dos bolsistas e o quanto o fator econômico é relevante na promoção de condições favoráveis ao bom desempenho do estudante universitário.

As respostas referentes aos aspectos da vida pessoal dos bolsistas que sofreram mudanças com o recebimento da bolsa reforçam essa percepção. A bolsa melhorou a alimentação de 83,2% dos bolsistas, a qualidade de vida de 41,4%, o transporte de 59,3%, a saúde de 34%, a inclusão digital e a aquisição de bens de 17,8%, a convivência familiar de 21,9%, a vida social de 16,2%, a participação em atividades artísticas e culturais de 18,5% e a participação em atividades esportivas de 7,7%. Além disso, e no que diz respeito à maior inserção dos bolsistas nas atividades acadêmicas da universidade, objetivo da PAE-UEPA, 85,5% afirmam ter melhorado seu envolvimento com a universidade e 76,8% sua dedicação aos estudos. Percebe-se aqui o quanto a necessidade de políticas de ações afirmativas, que estão na base das políticas de assistência estudantil nas universidades públicas nos últimos anos, estão diretamente ligadas ao princípio da igualdade e da justiça social.

Abreu (2008, 340), reconstituindo a trajetória do princípio da igualdade, conclui que

o itinerário do princípio da igualdade aponta-se na afirmação dos direitos humanos. As camadas sociais relegadas à indigência e à vulnerabilidade – por debilidade socioeconômica e por sofrerem permanente violação de direitos fundamentais – merecem proteção particularizada.

Perguntados sobre as atividades referentes às 8 horas mínimas semanais que devem cumprir de acordo com as regras do Programa de Apoio Socioeconômico – Subprograma Bolsa Incentivo Acadêmico, 18,2% responderam que estavam em grupo de pesquisa desenvolvendo atividades em projeto de pesquisa, 17,2% estavam ligados a grupo de pesquisa desenvolvendo atividade em projeto de extensão. Outros 15,9% responderam que estavam desenvolvendo atividades em um projeto de pesquisa, mas

sem vínculo com um grupo de pesquisa, enquanto outros 15,2% estavam em projeto de extensão, também sem vínculo com um grupo de pesquisa. Outros 8,8% responderam estar desenvolvendo atividades de apoio em laboratório. O questionário, no entanto, não sugere maior clareza sobre o tipo de atividade desenvolvida por 24,7% dos alunos que assinalaram a alternativa “outros” para o tipo de atividade desenvolvida.

O percentual de 66,5% de bolsistas participando de atividades relacionadas à pesquisa e à extensão é bastante significativo e revela que a instituição tem alcançado em boa medida seus objetivos de inserção desses estudantes na dinâmica acadêmica da produção e extensão do conhecimento na UEPa. No entanto, não é desprezível o percentual de 24,7% de bolsistas que assinalaram estar em outras atividades, sem contar os 8,8% que, apesar de estarem atuando em laboratórios, não estão diretamente ligados às atividades previstas na proposta da PAE-UEPa. No entanto, isso não apaga os sinais de que a instituição tem conseguido êxitos quanto à permanência e desempenho dos bolsistas em seus cursos.

Quando perguntados sobre seu desempenho após a entrada no programa de bolsas, 35,7% dos estudantes que responderam ao questionário disseram estar excelente, 50,2% disseram estar bom, 13,5% disseram estar satisfatório e 0,7% disseram estar insuficiente. Além disso, quando perguntados sobre se as atividades às quais estão vinculados estão contribuindo para melhorar sua formação acadêmica, 76,1% responderam muito, 21,2% em parte, 2% pouco e 0,7% que não está contribuindo.

Reforçam essa posição as respostas dos estudantes quanto ao nível de satisfação com o programa, com 37% dizendo estarem muito satisfeitos com o programa e 52,5% dizendo-se satisfeitos, o que resulta em um grau de satisfação de 89,5%. Dizem-se parcialmente satisfeitos 10,1% e 0,3% insatisfeitos com o programa.

Vale destacar o grau de rotatividade na participação dos bolsistas no programa. Ao serem perguntados sobre o tempo em que estavam no programa de bolsas do NAE, 6,7% responderam que estavam a 3 anos, 14,1% que estavam a 2 anos, 19,5% estavam a 1 ano e 59,6% estavam iniciando. Isso sugere que o programa está cumprindo um papel de indutor, no que diz respeito à participação desses estudantes em outros programas da instituição, como programas de iniciação científica, iniciação à docência, extensão, monitoria etc, o que diminui a dependência deles em relação à bolsa do NAE. Essa intenção está presente nos objetivos específicos da PAE-UEPa para incentivar a maior inserção nas atividades acadêmicas da instituição e a participação de outros estudantes no Subprograma Bolsa Incentivo Acadêmico (UEPA, 2013, p. 17).

Ao serem solicitados a discorrer sobre a questão “O que não está bem no Programa? E como pode melhorar?”, os bolsistas, mesmo registrando críticas e sugestões, conforme solicitados, eram bastante enfáticos sobre a importância da bolsa para sua permanência na universidade. Expressões como “o programa é muito bom”, “é excelente”, “é sério”, “está tudo ótimo”, “bem satisfeita”, “através dele posso estudar, ter dinheiro pra me alimentar, imprimir trabalhos”, “está sendo muito importante pra

mim”, “me envolvi mais com as atividades da universidade”, “me ajuda a me manter financeiramente com minha alimentação e minha moradia”, “nada a reclamar”, “não precisa mudar ainda nada”, foram muito presentes nas respostas dos estudantes.

No entanto, como respostas às questões colocadas foram mencionados alguns problemas relacionados ao valor da bolsa (R\$350,00) e ao dia de pagamento, até o dia 15 de cada mês, o que para muitos significa “atraso”. Isso é bastante relevante se considerarmos, como já mencionado anteriormente, que parte significativa desses estudantes não mora no município onde funciona o campus onde estuda, com isso tendo despesas com moradia, alimentação etc. Muitos estudantes destacaram ainda o número de bolsas. Sugerem o aumento do número, “para ajudar outros alunos”. Um dos bolsistas cobra que “deveria se estender a um número maior de estudantes”. Isso sugere que na convivência esses estudantes percebem que o número de bolsas é insuficiente para atender a todos que precisam.

Outro item muito mencionado diz respeito a um dos objetivos centrais do programa, a saber, ao propósito de oportunizar o envolvimento dos estudantes na pesquisa, na extensão e outras atividades que, para além da sala de aula possam enriquecer sua formação. Alguns estudantes questionam a necessidade de cumprir essas atividades. Afirmam que “a carga horária [...] torna-se extensa e cansativa”, “muitas vezes é necessário abrir mão de alguma atividade da uiversidade para cumprir essa carga horária”.

Muitos, no entanto, ressaltam a importância desse propósito do programa e reconhecem nele não só a oportunidade de ter uma formação acadêmica mais consistente, mas também de contribuir com a comunidade externa através de projetos de extensão. Fica notória a aceitação e reconhecimento da importância dessa atividade em depoimentos que cobram “atividades que possam influenciar na melhoria da formação acadêmica dos alunos”; ou que sugerem a “criação de mais grupos de pesquisa”, “a conscientização dos docentes em relação a importância de tais projetos” e que “os orientadores deveriam se disponibilizar mais”. Isso se percebe também em críticas que mencionam que o “programa não estipula metas para o avanço científico”, que “devido a falta de recursos e orientadores, não desenvolvemos atividades de pesquisa e extensão” ou denunciam que desenvolvem “atividades não descritas no edital”.

Acrítica ao desvio de objetivos da PAE-UEPa nas atividades a serem desenvolvidas pelos bolsistas e os apelos por atividades que venham contribuir para a formação acadêmica destes vem principalmente dos estudantes dos campi do interior, em razão da dificuldade destes campi em fixar professores e, em consequência, de criar grupos de pesquisa e implementar projetos de pesquisa e extensão. Porém, também em razão da insuficiência de quadro de pessoal técnico, o que não deve servir de justificativa para o desvio dos objetivos do programa. Este, portanto, é um problema a ser enfrentado pela instituição em seu processo de consolidação enquanto instituição de ensino superior no estado.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da assistência estudantil na Universidade do Estado do Pará expressa o que esta instituição de educação superior representa enquanto perspectiva de formação para a juventude do estado. Os documentos oficiais demonstram essa preocupação da instituição com a afirmação desses jovens, em especial os de baixa renda, e reconhecem a necessidade de consolidar políticas de permanência que assegurem as condições para o seu pleno êxito na educação superior.

Como uma das ações dessa política o Programa de Apoio Socioeconômico, através do Subprograma Bolsa Incentivo acadêmico, cumpre um papel importante para a construção desse propósito. A perspectiva de não apenas conceder recurso financeiro para a manutenção, mas assegurar oportunidades para que esses estudantes vivenciem as experiências enriquecedoras de pesquisa e extensão, articuladas as do ensino, é um ponto alto da política e tem sido aceito e valorizado pela maioria dos estudantes.

A pesquisa revelou, também, alguns limites do programa e do órgão responsável pela PAE-UEPa. O fato do “Questionário de acompanhamento dos bolsistas do Programa de Apoio Socioeconômico – Subprograma Bolsa Incentivo Acadêmico 2015” ser o único instrumento que o Núcleo de Assistência Estudantil possui hoje com um olhar mais amplo sobre os resultados alcançados pelo programa mostra que ainda é limitado o processo de acompanhamento do percurso dos bolsistas. A dificuldade no acompanhamento explicitada nos depoimentos, sobretudo dos estudantes dos campi do interior do estado, expressa bem essa fragilidade. O NAE parece pequeno para a missão que assumiu, seja pela sua estrutura reduzida e frágil, seja pela dimensão estadual da UEPa. O NAE tem 4 funcionários em regime de 30 horas semanais para desenvolver um trabalho que, de acordo como o art. 9º da Resolução 2630/2013/CONSUN-UEPa, deve dar conta de “coordenar, propor, planejar, desenvolver, fomentar, acompanhar e avaliar as ações dos programas, bem como sugerir novos programas de Assistência Estudantil no âmbito da UEPa” (UEPa, 2013). Com a instituição presente diretamente na capital e em 15 campi do interior, isso se torna uma missão deveras complexa.

Apontar esses limites da experiência, no entanto, não tira o mérito de estar assegurando a permanência de diversos universitários oriundos de camadas sociais desfavorecidas socioeconomicamente. Revela apenas que muito há de se fazer para que o programa tenha o alcance necessário e que, considerando que o processo de adoção do sistema de cotas é algo muito recente na instituição, esta ainda precisa investir maior atenção à sua política de assistência estudantil.

## REFERÊNCIAS

ABREU, S. A afirmação de um princípio jurídico inclusivo. In: ZONINSEIN, J & FERES JÚNIOR, J. (Orgs). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de



Janeiro: IUPERJ, 2008.

ANDRADE, S. S.; MEYER, D. E. Juventudes, moratória social e gênero: flutuações identitárias e(m) histórias narradas. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 1/2014, p. 85-99. Editora UFPR.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do**. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acessado em 12 de março de 2017.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

DELGADO, R. A. C.; GUIMARÃES, K. R. C. Política de permanência e inclusão acadêmica como política afirmativa de jovens de baixa renda na universidade do estado do Pará. In: VII SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE A JUVENTUDE BRASILEIRA, 7., 2017, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2017. 1010 p. Disponível em: <<http://www.jubra2017.com.br>>

DELGADO, R. A. C.; GUIMARÃES, K. R. C. Política de permanência e inclusão acadêmica como política afirmativa de jovens de baixa renda na universidade do estado do Pará. In: II JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO, 2., 2017, Natal (RN). **Anais..** Natal (RN): Even3, 2017. Disponível em: <<https://www.even3.com.br>>

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas 2002.

MARTINS, C. H. S.; CARRANO, P. C. R. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. **Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 43-56, jan./abr., 2011.

SARMENTO, D. A. de M. O negro e a igualdade no Direito Constitucional Brasileiro. In: ZONINSEIN, J & FERES JÚNIOR, J. (Orgs). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. Pró-reitoria de Extensão. **Projeto de Apoio Sócio-Pedagógico e Financeiro para Estudantes de Origem Popular – um contributo para a construção da Política de Assistência Estudantil**. Belém: UEPA, 2009.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. **Política de Assistência Estudantil – UEPA**. Núcleo de Assistência Estudantil – NAE. Belém: UEPA, 2013.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. Questionário de acompanhamento dos Bolsistas do Programa de Apoio Socioeconômico - Subprograma Bolsa Incentivo Acadêmico 2015. NAE, 2015.

ZONINSEIN, J. & FERES JÚNIOR, J. A consolidação da ação afirmativa no ensino superior brasileiro. In: ZONINSEIN, J. & FERES JÚNIOR, J. (Orgs). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

ZONINSEIN, J. & FERES JÚNIOR, J. (Orgs). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-97-0



9 788585 107970